

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	17
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	67
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	69

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	158.488
Preferenciais	0
Total	158.488
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2016	Dividendo	04/07/2016	Ordinária		0,01428
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	04/07/2016	Ordinária		0,03714

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.399.147	1.421.200
1.01	Ativo Circulante	596.085	611.817
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	81.875	81.761
1.01.02	Aplicações Financeiras	82.466	100.478
1.01.03	Contas a Receber	184.876	175.837
1.01.03.01	Clientes	184.876	175.837
1.01.04	Estoques	202.526	205.088
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.209	20.153
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.209	20.153
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	3.622	4.964
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	13.587	15.189
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.583	3.410
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.550	25.090
1.01.08.03	Outros	22.550	25.090
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	14.850	14.850
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	4.194	2.796
1.01.08.03.04	Outros	3.506	7.444
1.02	Ativo Não Circulante	803.062	809.383
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	345.058	354.216
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	163.324	168.864
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	77.110	84.263
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	86.214	84.601
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	181.734	185.352
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	67.555	59.899
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	48.621	48.621
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	9.395	10.477
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	23.457	22.718
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	9.676	9.676
1.02.01.09.08	Aplicações financeiras	6.004	5.826
1.02.01.09.09	Adiantamento futuro aumento de capital	16.380	27.321
1.02.01.09.10	Outros	646	814
1.02.02	Investimentos	5.015	678
1.02.02.01	Participações Societárias	5.015	678
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.817	480
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	198
1.02.03	Imobilizado	437.042	436.679
1.02.04	Intangível	15.947	17.810

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.399.147	1.421.200
2.01	Passivo Circulante	409.702	417.770
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.873	26.192
2.01.02	Fornecedores	118.281	112.665
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.215	18.858
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	23.215	18.858
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	9.205	9.018
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	14.010	9.840
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	188.435	210.714
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	178.749	210.053
2.01.04.02	Debêntures	9.686	661
2.01.05	Outras Obrigações	47.279	45.476
2.01.05.02	Outros	47.279	45.476
2.01.05.02.04	Cessão de Crédito Fornecedores	17.791	15.642
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	13.051	13.732
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	7.646	7.646
2.01.05.02.08	Outros	8.791	8.456
2.01.06	Provisões	5.619	3.865
2.01.06.02	Outras Provisões	5.619	3.865
2.01.06.02.06	Provisão para Participação nos Lucros	5.619	3.865
2.02	Passivo Não Circulante	756.760	771.584
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	471.800	485.904
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	274.837	289.067
2.02.01.02	Debêntures	196.963	196.837
2.02.02	Outras Obrigações	128.694	120.842
2.02.02.02	Outros	128.694	120.842
2.02.02.02.03	Fornecedores	55.290	47.923
2.02.02.02.06	Parcelamento de Obrigações Tributárias	72.013	72.919
2.02.02.02.08	Outros	1.391	0
2.02.03	Tributos Diferidos	17.295	21.665
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.295	21.665
2.02.04	Provisões	138.971	143.173
2.02.04.02	Outras Provisões	138.971	143.173
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	86.286	93.389
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	43.976	41.075
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	8.709	8.709
2.03	Patrimônio Líquido	232.685	231.846
2.03.01	Capital Social Realizado	99.565	99.565
2.03.04	Reservas de Lucros	139.193	139.193
2.03.04.01	Reserva Legal	0	15.113
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	86.070
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	12.504
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	0	25.506
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.924	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-149	-6.912

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	221.086	223.395
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-151.754	-150.714
3.03	Resultado Bruto	69.332	72.681
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-59.757	-45.207
3.04.01	Despesas com Vendas	-48.876	-35.611
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.511	-7.252
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	273	165
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	273	165
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.020	-5.553
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-7.020	-5.553
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.377	3.044
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.575	27.474
3.06	Resultado Financeiro	-19.019	-13.905
3.06.01	Receitas Financeiras	11.712	13.381
3.06.01.01	Receitas Financeiras	8.263	13.381
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	3.449	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.731	-27.286
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-30.731	-15.071
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	0	-12.215
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-9.444	13.569
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.220	-2.785
3.08.01	Corrente	-1.150	-6.279
3.08.02	Diferido	4.370	3.494
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.224	10.784
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-6.224	10.784
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,03927	0,06804
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,03927	0,06804

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.224	10.784
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.063	-11.248
4.02.02	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	7.063	-11.248
4.03	Resultado Abrangente do Período	839	-464

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.361	-19.072
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.227	44.490
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	-9.444	13.569
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	8.831	6.344
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-4.377	-3.044
6.01.01.07	Provisão para Contingências	3.838	3.489
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	-2.610	-1.811
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	1.754	3.390
6.01.01.10	Outras Provisões	2.893	-1.155
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-739	-422
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-1.613	-1.641
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	1.594	1.543
6.01.01.17	Juros Provisionados de Empréstimos	16.463	6.583
6.01.01.19	Variação Cambial não realizada PBA	7.082	-11.298
6.01.01.20	Variação Cambial não realizada de empréstimos	-13.445	28.943
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	26.942	-49.305
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	-9.424	-16.899
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	-681	2.932
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	529	837
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-7.656	-3.463
6.01.02.07	(Aumento)/ Redução de Tributos a Recuperar	2.684	-2.723
6.01.02.08	(Aumento)/ Redução de Aplicações Financeiras Vinculadas	17.834	0
6.01.02.09	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	2.933	-12.678
6.01.02.10	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	15.396	-3.394
6.01.02.11	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	-1.398	-3.916
6.01.02.12	(Aumento)/Redução de Provisão para Contingências	-937	0
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-2.313	-2.174
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Trabalhistas	7.653	2.792
6.01.02.15	Aumento/(Redução) de Contas a Pagar de Investimento	0	-12.534
6.01.02.16	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	2.322	1.915
6.01.03	Outros	-5.808	-14.257
6.01.03.01	Juros Pagos	-5.808	-5.773
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-8.484
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.937	-37.567
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-7.954	-35.588
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-121	-1.695
6.02.04	(Concessão)/Recebimento de Créditos com Partes Relacionadas	71	1.943
6.02.06	Integralização de Capital em Controladas	0	-440
6.02.07	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.941	-1.787
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-34.184	98.676
6.03.01	Captção de Empréstimos e Financiamentos	19.155	134.118
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-53.339	-35.344
6.03.04	Dividendos pagos	0	-98
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	114	42.037

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	81.761	87.803
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	81.875	129.840

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	99.565	0	139.193	0	-6.912	231.846
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.565	0	139.193	0	-6.912	231.846
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.924	6.763	839
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.224	0	-6.224
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	300	6.763	7.063
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	300	-300	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada no Exterior	0	0	0	0	7.063	7.063
5.07	Saldos Finais	99.565	0	139.193	-5.924	-149	232.685

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	76.565	0	143.749	0	16.956	237.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	76.565	0	143.749	0	16.956	237.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.084	-11.548	-464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.784	0	10.784
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	300	-11.548	-11.248
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	300	-300	0
5.05.02.08	Variação cambial de controlada no exterior	0	0	0	0	-11.248	-11.248
5.07	Saldos Finais	76.565	0	143.749	11.084	5.408	236.806

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	274.630	278.253
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	274.574	277.939
7.01.02	Outras Receitas	611	242
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-555	72
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-147.598	-143.764
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-111.549	-111.993
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-36.576	-31.672
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	527	-99
7.03	Valor Adicionado Bruto	127.032	134.489
7.04	Retenções	-8.831	-6.344
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.831	-6.344
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	118.201	128.145
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	29.705	52.891
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.377	3.044
7.06.02	Receitas Financeiras	25.328	49.847
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	147.906	181.036
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	147.906	181.036
7.08.01	Pessoal	47.205	42.604
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.299	36.504
7.08.01.02	Benefícios	4.299	3.820
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.607	2.280
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	60.090	61.913
7.08.02.01	Federais	25.513	31.209
7.08.02.02	Estaduais	34.180	30.461
7.08.02.03	Municipais	397	243
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.835	65.735
7.08.03.01	Juros	44.346	63.753
7.08.03.02	Aluguéis	2.489	1.982
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.224	10.784
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.224	10.784

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.329.592	1.351.893
1.01	Ativo Circulante	608.388	639.604
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	89.493	87.664
1.01.02	Aplicações Financeiras	82.466	100.478
1.01.03	Contas a Receber	198.947	208.367
1.01.03.01	Clientes	198.947	208.367
1.01.04	Estoques	202.728	205.291
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.237	22.775
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.237	22.775
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	4.074	6.020
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	15.163	16.755
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.517	15.029
1.01.08.03	Outros	15.517	15.029
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	3.473	2.053
1.01.08.03.04	Outros	12.044	12.976
1.02	Ativo Não Circulante	721.204	712.289
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	251.603	242.657
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	86.214	84.601
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	86.214	84.601
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	165.389	158.056
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	67.581	59.924
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	48.621	48.621
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	9.395	10.477
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	23.457	22.718
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	9.676	9.676
1.02.01.09.08	Aplicações Financeiras	6.004	5.826
1.02.01.09.09	Outros	655	814
1.02.02	Investimentos	198	198
1.02.02.01	Participações Societárias	198	198
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	198
1.02.03	Imobilizado	445.359	444.194
1.02.04	Intangível	24.044	25.240

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.329.592	1.351.893
2.01	Passivo Circulante	424.026	439.490
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.417	29.015
2.01.02	Fornecedores	123.417	127.352
2.01.03	Obrigações Fiscais	25.584	20.400
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	25.584	20.400
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.130	571
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	9.270	9.081
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	15.184	10.748
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	188.435	210.714
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	178.749	210.053
2.01.04.02	Debêntures	9.686	661
2.01.05	Outras Obrigações	49.891	47.481
2.01.05.02	Outros	49.891	47.481
2.01.05.02.04	Cessão de Crédito Fornecedores	17.791	15.642
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	15.341	15.301
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	7.666	7.667
2.01.05.02.08	Outros	9.093	8.871
2.01.06	Provisões	6.282	4.528
2.01.06.02	Outras Provisões	6.282	4.528
2.01.06.02.06	Provisões para Participação nos Lucros	6.282	4.528
2.02	Passivo Não Circulante	672.867	680.547
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	472.964	487.014
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	276.001	290.177
2.02.01.02	Debêntures	196.963	196.837
2.02.02	Outras Obrigações	129.183	121.342
2.02.02.02	Outros	129.183	121.342
2.02.02.02.03	Fornecedores	55.290	47.923
2.02.02.02.06	Parcelamento de Obrigações Tributárias	72.502	73.414
2.02.02.02.08	Outros	1.391	5
2.02.03	Tributos Diferidos	17.295	21.665
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.295	21.665
2.02.04	Provisões	53.425	50.526
2.02.04.02	Outras Provisões	53.425	50.526
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	44.089	41.190
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	9.336	9.336
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	232.699	231.856
2.03.01	Capital Social Realizado	99.565	99.565
2.03.04	Reservas de Lucros	139.193	139.193
2.03.04.01	Reserva Legal	0	15.113
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	86.070
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	12.504
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	0	25.506
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.924	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-149	-6.912
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	14	10

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	241.361	241.356
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-151.789	-150.165
3.03	Resultado Bruto	89.572	91.191
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-76.911	-60.519
3.04.01	Despesas com Vendas	-61.146	-44.873
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.911	-7.534
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	273	166
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	273	166
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.127	-8.278
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-7.127	-8.278
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.661	30.672
3.06	Resultado Financeiro	-19.620	-13.904
3.06.01	Receitas Financeiras	11.537	13.570
3.06.01.01	Receitas Financeiras	8.458	13.570
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	3.079	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.157	-27.474
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-31.157	-15.259
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	0	-12.215
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.959	16.768
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	739	-5.979
3.08.01	Corrente	-3.631	-9.473
3.08.02	Diferido	4.370	3.494
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.220	10.789
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-6.220	10.789
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-6.224	10.784
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4	5
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,03927	0,06804
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,03927	0,06804

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-6.220	10.789
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.063	-11.248
4.02.02	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	7.063	-11.248
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	843	-459
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	839	-464
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4	5

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	46.068	-14.911
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	17.584	51.085
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	-6.959	16.768
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	9.392	6.483
6.01.01.07	Provisão para Contingências	3.847	3.515
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	-2.950	-2.115
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	1.754	3.784
6.01.01.10	Outras Provisões	3.166	-1.105
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-739	-422
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-1.613	-1.641
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	1.605	1.553
6.01.01.17	Juros Provisionados de Empréstimos	16.463	6.620
6.01.01.19	Variação cambial não realizada PBA	7.063	-11.298
6.01.01.20	Variação cambial não realizada de empréstimos	-13.445	28.943
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	35.936	-51.739
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	8.838	-18.835
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	40	3.012
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	530	-3.386
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-7.657	-3.467
6.01.02.07	(Aumento)/Redução de Tributos a Recuperar	2.674	-3.364
6.01.02.08	(Aumento)/Redução de Aplicações Financeiras Vinculadas	17.834	0
6.01.02.09	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	1.091	-15.401
6.01.02.10	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	5.845	3.331
6.01.02.11	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	-1.420	-3.614
6.01.02.12	(Aumento)/Redução de Provisões para Contingências	-948	0
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-2.328	-2.188
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Trabalhistas	9.306	2.648
6.01.02.15	Aumento/(Redução) de Contas a Pagar de Investimentos	0	-12.534
6.01.02.16	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	2.131	2.059
6.01.03	Outros	-7.452	-14.257
6.01.03.01	Juros Pagos	-5.808	-5.773
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.644	-8.484
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-10.108	-38.644
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-9.242	-36.950
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-866	-1.694
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-34.131	98.675
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	19.209	134.118
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-53.339	-35.344
6.03.04	Dividendos pagos	-1	-99
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.829	45.120
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	87.664	92.383
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	89.493	137.503

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	99.565	0	139.193	0	-6.912	231.846	10	231.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.565	0	139.193	0	-6.912	231.846	10	231.856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.924	6.763	839	4	843
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.224	0	-6.224	4	-6.220
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	300	6.763	7.063	0	7.063
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	300	-300	0	0	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada no Exterior	0	0	0	0	7.063	7.063	0	7.063
5.07	Saldos Finais	99.565	0	139.193	-5.924	-149	232.685	14	232.699

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	76.565	0	143.749	0	16.956	237.270	10	237.280
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	76.565	0	143.749	0	16.956	237.270	10	237.280
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.084	-11.548	-464	5	-459
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.784	0	10.784	5	10.789
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	300	-11.548	-11.248	0	-11.248
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	300	-300	0	0	0
5.05.02.08	Varição Cambial de controlada no Exterior	0	0	0	0	-11.248	-11.248	0	0
5.07	Saldos Finais	76.565	0	143.749	11.084	5.408	236.806	15	236.821

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	297.541	298.499
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	299.471	299.579
7.01.02	Outras Receitas	-1.178	-1.152
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-752	72
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-152.394	-149.293
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-111.361	-111.432
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-41.560	-37.762
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	527	-99
7.03	Valor Adicionado Bruto	145.147	149.206
7.04	Retenções	-9.392	-6.484
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.392	-6.484
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	135.755	142.722
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.178	50.037
7.06.02	Receitas Financeiras	25.178	50.037
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	160.933	192.759
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	160.933	192.759
7.08.01	Pessoal	52.496	47.107
7.08.01.01	Remuneração Direta	44.897	40.475
7.08.01.02	Benefícios	4.561	4.071
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.038	2.561
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	66.512	68.149
7.08.02.01	Federais	31.781	37.330
7.08.02.02	Estaduais	34.315	30.563
7.08.02.03	Municipais	416	256
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.145	66.714
7.08.03.01	Juros	44.802	63.941
7.08.03.02	Aluguéis	3.343	2.773
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.220	10.789
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.224	10.784
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4	5

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO 1T16

A PBG S.A. (BM&FBovespa: PTBL3 NM), atual denominação da Portobello S.A., apresenta seus resultados referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2016. As informações financeiras apresentadas neste documento são derivadas das informações financeiras trimestrais consolidadas da PBG S.A., elaboradas de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

Sobre a PBG S.A.

A PBG S.A. é hoje a maior empresa de revestimentos cerâmicos do Brasil com receita bruta anual de R\$ 1,3 bilhões. Suas vendas, acima de 40 milhões de metros quadrados, atendem o mercado interno, por meio da rede Portobello Shop, *home centers*, incorporadoras e construtoras, além de clientes dos cinco continentes, com as marcas Portobello e Pointer.

DESTAQUES

- Receita Líquida de R\$ 241 milhões, igual ao primeiro trimestre de 2015;
- Lucro Bruto atinge R\$ 90 milhões, com 37,1% de margem;
- EBITDA de R\$ 22 milhões, margem de 9,1%;
- Rede de franquia Portobello Shop com 141 lojas, aumento de 4% nos últimos 3 meses;
- Participação expressiva na Feira Revestir, com 3 prêmios “*Best in Show*” nas marcas Portobello e Pointer.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro trimestre, como já percebido no final de 2015, se mostrou bastante desafiador. A situação econômica brasileira continua apresentando deterioração e a PBG encerrou o primeiro trimestre revisando suas perspectivas para o ano de 2016.

O mercado de materiais de construção de acabamento, segundo a ABRAMAT, sofreu queda de 18% no trimestre comparado com o mesmo período de 2015 enquanto que a ANFACER – Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimento apontou redução de 15%. Neste contexto, as vendas da PBG SA mantiveram-se nos mesmos níveis de 2015, portanto com desempenho superior ao mercado.

Apesar do aumento da contribuição da marca Pointer nas vendas o resultado do período foi afetado por um mix menos nobre, compatível com o atual cenário econômico, além de maiores despesas comerciais necessárias para ajustar a estrutura de atendimento dos canais de distribuição.

Com a ausência de crescimento nas vendas, as elevadas taxas de inflação e juros, os resultados foram então impactados pelo aumento das despesas comerciais e financeiras. Os reflexos foram sentidos na rentabilidade de nosso negócio, seja através do EBITDA de R\$ 22 milhões, 41% inferior a 2015, com queda de margem de 15,4% para 9,1% comparado ao mesmo período de 2015 e prejuízo líquido de R\$ 6 milhões.

Ainda que o cenário seja desfavorável, o primeiro trimestre trouxe algumas boas notícias para as perspectivas de vendas. Em março, houve a feira Revestir, considerada a semana da moda da arquitetura e construção. E a PBG teve uma participação expressiva com suas duas marcas Portobello e Pointer. Ambas foram premiadas durante a feira. A primeira com o produto “Cobogó Elemento” e a segunda com dois prêmios, um de melhor produto de cerâmica para fachada e outro com o prêmio de arquitetos e designers de interiores, de maneira unânime. O sucesso da feira colaborou positivamente para a manutenção das vendas da Companhia.

Adicionalmente, o mercado externo ainda se mostra como uma oportunidade atrativa devido à competitividade e flexibilidade das linhas de produtos Portobello, além da desvalorização da moeda local. As exportações

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

representaram 16% da receita líquida do primeiro trimestre, com um crescimento de 31% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Portobello Shop continua com seus planos de expansão no número de lojas. Até o momento a rede totaliza 141 franquias, sendo 7 lojas próprias. As lojas próprias são parte do plano de aperfeiçoamento e diferenciação do modelo de gestão de franquias.

O complexo fabril do Nordeste e a marca Pointer, por sua vez, passam por um período de revisão da estratégia mercadológica, uma vez que o negócio, por ser mais novo seja como produto ou como marca, vem sentindo mais intensamente os impactos da retração econômica.

Os esforços para gestão rigorosa de custos e despesas, redução de investimentos e busca de otimização no mix de produtos vem sendo mantidos. A Companhia se prepara para um primeiro semestre mais duro e continua confiante em sua estratégia, modelo de negócio, gestão e diferenciais competitivos.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado consolidado	1T14	1T15	1T16	▲%
Receita bruta	262.080	305.231	307.444	1%
Receita líquida	206.540	241.356	241.361	0%
Lucro bruto	76.833	91.191	89.572	-2%
<i>Margem bruta</i>	37,2%	37,8%	37,1%	-0,7 p.p.
Despesas operacionais	(48.192)	(60.519)	(76.911)	27%
Vendas	(35.332)	(44.873)	(61.146)	36%
Gerais e administrativas	(7.349)	(7.534)	(8.911)	18%
Outras receitas (despesas)	(5.511)	(8.112)	(6.854)	-16%
EBIT	28.641	30.672	12.661	-59%
<i>Margem EBIT</i>	13,9%	12,7%	5,2%	-7,5 p.p.
Resultado financeiro	(6.838)	(13.904)	(19.620)	41%
Tributos s/ lucro	(7.228)	(5.979)	739	-112%
Lucro líquido	14.555	10.789	(6.220)	-158%
<i>Margem líquida</i>	7,0%	4,5%	-2,6%	-7 p.p.
EBITDA	35.040	37.151	22.049	-41%
<i>Margem EBITDA</i>	17,0%	15,4%	9,1%	-6,3 p.p.

Receita Líquida

A receita líquida consolidada da Portobello totalizou R\$ 241 milhões no 1T16, praticamente repetindo o 1T15. O mercado interno de acabamento, neste primeiro trimestre, apresentou redução de 18% (deflacionado) no faturamento bruto, de acordo com a Abrammat. O que demonstra que a Companhia manteve o ritmo de vendas, apesar do mercado. Foram destaque no trimestre os bons resultados da feira Revestir com os lançamentos 2016 combinado às exportações e a manutenção da estratégia comercial diferenciada, com campanhas de vendas específicas.

Os lançamentos 2016 apresentaram *record* de pedidos neste ano. Os negócios fechados na feira foram 20% superior ao mesmo período de 2015. E na exportação, passaram pela feira cerca de 200 clientes de 33 países, destes 28 países já encomendaram seus produtos. Isto é reflexo da força dos diferenciais competitivos da Companhia.

A receita líquida do mercado interno representou 84% do total e caiu 4% em relação ao mesmo período de 2015. Conforme mencionado, o mercado doméstico demonstrou queda no consumo de dois dígitos, enquanto a Companhia aproveitou as oportunidades do segmento e apresentou pequeno impacto no ritmo de vendas.

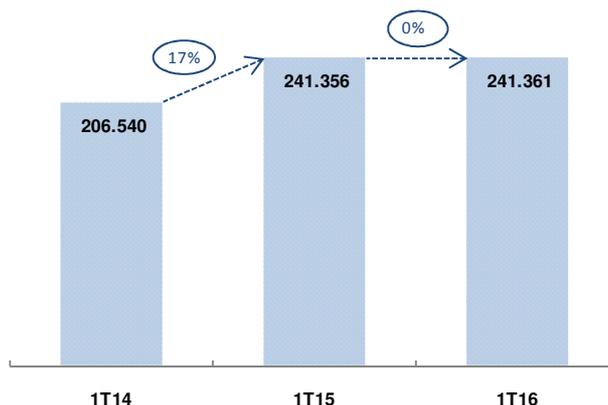
Já a receita líquida do mercado externo, potencializada pela maior taxa média de câmbio, levou a Companhia a obter um incremento de receita de 31% em relação ao mesmo período de 2015.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receita líquida	1T14	1T15	1T16	▲%
Mercado Interno	184.947	211.730	202.493	-4%
Mercado Externo	21.593	29.626	38.868	31%
Total	206.540	241.356	241.361	0%

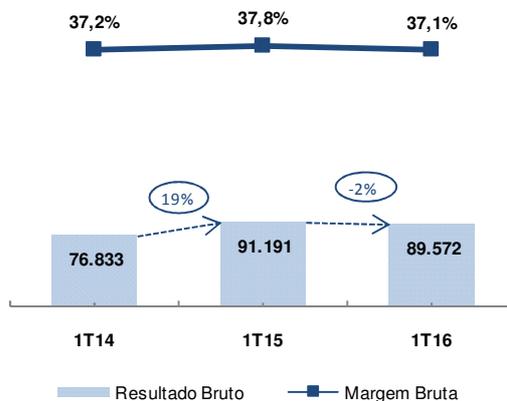
Receita Líquida



Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 90 milhões no primeiro trimestre de 2016, apresentando uma leve queda de 2% sobre o mesmo período do ano anterior. A margem bruta apresentou perda de 0,7 p.p. afetada pela redução dos preços médios, por sua vez, causada por um mix de produtos mais competitivo. Adicionalmente, a planta em Alagoas, em fase inicial, permanece em um período de estabilização da curva de maturidade das operações. Mas já se percebe sua eficiência na gestão de custo, e atualmente o foco está na revisão de sua estratégia mercadológica.

Lucro Bruto



Resultado Operacional

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As despesas com vendas totalizaram R\$ 61 milhões no 1T16, sendo 36% superior ao mesmo período do ano anterior, reflexo principalmente dos investimentos em distribuição e logística, com abertura de novos centros de distribuição e troca de operadores em algumas regiões, além do aumento das despesas da Pointer e das operações de lojas próprias. O crescimento das vendas CIF (*Cost, Insurance and Freight*) para os operadores logísticos geraram custos com fretes bem acima do que representavam em 2015 quando o modelo ainda era pouco representativo. Hoje estas despesas com fretes já representam 22% das despesas comerciais. Além disso, as diversas ações comerciais e de operações implementadas geraram despesas não recorrentes, que não devem se repetir nos trimestres subsequentes

A companhia ainda ampliou despesas em marketing para fazer frente aos desafios de mercado no ano, seja neutralizando os efeitos de quedas de vendas no varejo e nas construtoras, seja ampliando a venda de produtos de maior valor agregado.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 9 milhões, 18% superior em relação ao mesmo período de 2015, principalmente pelo efeito das despesas da Pointer, que não eram relevantes no 1T15. E mantém-se representando 3,7% da receita líquida.

Despesas operacionais	1T14	1T15	1T16	▲%	%RL
Vendas	(35.332)	(44.873)	(61.146)	36%	25%
Gerais e administrativas	(7.349)	(7.534)	(8.911)	18%	4%
Outras receitas (despesas)	(5.511)	(8.112)	(6.854)	-16%	3%
Total	(48.192)	(60.519)	(76.911)	27%	32%

As outras despesas operacionais líquidas de R\$ 7 milhões referem-se principalmente ao custo de ociosidade, registrado através da adequação da produção aos volumes de vendas da fábrica no Nordeste.

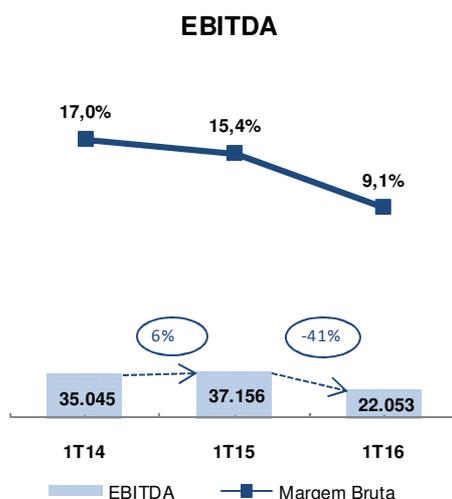
EBITDA

A Companhia encerra o primeiro trimestre com geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 22 milhões, com queda de 41% sobre o mesmo período de 2015 e margem de 9,1%. A redução foi afetada principalmente pela curva de maturação dos novos negócios (marca Pointer e centros de distribuição), mais vulneráveis às intempéries econômicas.

EBITDA	1T14	1T15	1T16	▲%	%RL
Lucro líquido	14.555	10.789	(6.220)	-158%	-3%
(+) Resultado financeiro	6.838	13.904	19.620	41%	8%
(+) Depreciação e amortização	6.424	6.484	9.392	45%	4%
(+) Imposto de renda e contribuição social	7.228	5.979	(739)	-112%	0%
EBITDA	35.045	37.156	22.053	-41%	9%
(+) Pré-Oper Fábrica de Alagoas	-	3.602	-	-100%	0%
EBITDA ajustado	35.045	40.758	22.053	-46%	9%

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Resultado Líquido

O prejuízo líquido do trimestre foi R\$ 6 milhões. O desempenho desfavorável deve-se à queda do resultado operacional e ao aumento do custo financeiro da dívida. Este é o resultado trimestral mais baixo para a Companhia desde o terceiro trimestre de 2008, quando a recessão no mercado imobiliário dos Estados Unidos afetou as operações da subsidiária americana.

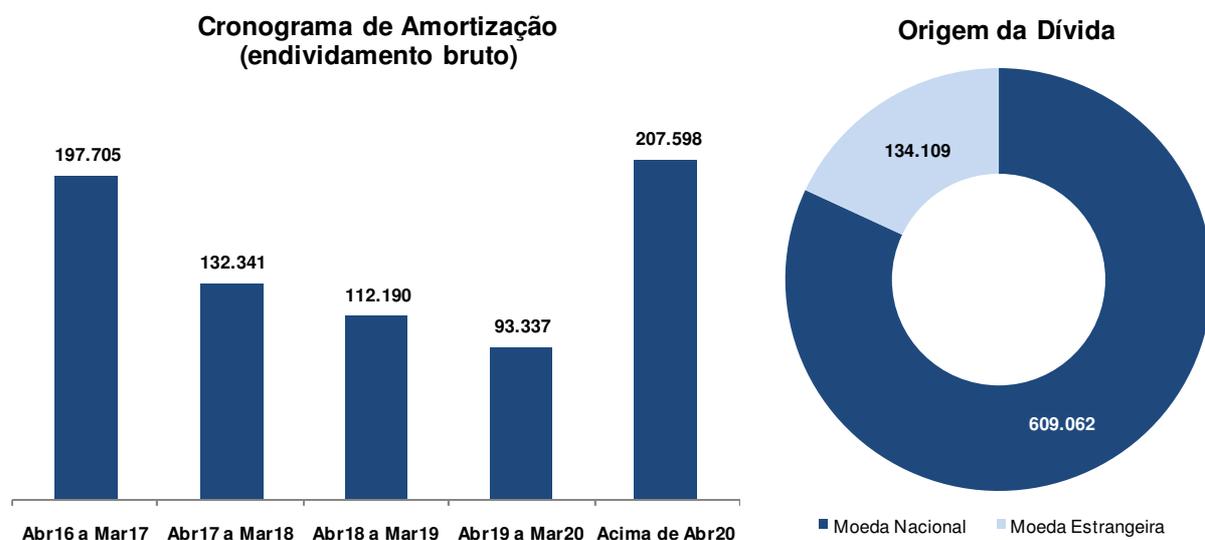
ENDIVIDAMENTO / ESTRUTURA DE CAPITAL

O endividamento líquido da Companhia alcançou R\$ 479 milhões ao fim de março de 2016, o que equivale a 3,16x o EBITDA dos últimos doze meses e a 2,06x o patrimônio líquido. O endividamento bruto totalizou R\$ 743 milhões, sendo que aproximadamente 27% possuem vencimento no curto prazo e 73% no longo prazo. A Companhia tem trabalhado para alongar a dívida, preservar a sua liquidez financeira, bem como para melhorar a relação dívida/EBITDA através de planos internos de gestão do fluxo de caixa.

Endividamento	Mar-14	Mar-15	Mar-16	▲ R\$
Bancário	310.805	574.997	661.399	86.402
Tributário	112.912	84.125	81.772	(2.353)
(=) Total do endividamento	423.717	659.122	743.171	84.049
(+) Disponibilidades	(24.330)	(137.503)	(177.963)	(40.460)
(+) Créditos com partes relacionadas	(96.215)	(90.534)	(86.214)	4.320
(=) Total do endividamento líquido	303.172	431.085	478.994	47.909
EBITDA (últimos 12 meses)	162.383	178.087	151.650	(26.437)
(=) Dívida líquida / EBITDA	1,87	2,42	3,16	-
(=) Dívida líquida / PL	1,46	1,82	2,06	-

Comentário do Desempenho

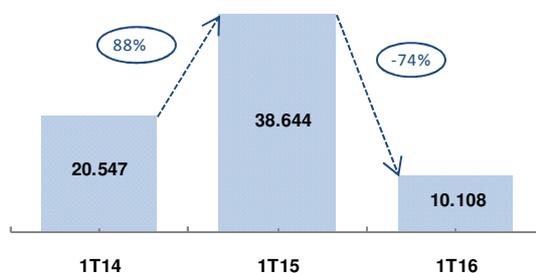
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



INVESTIMENTOS

No 1T16, os investimentos em ativos fixos totalizaram R\$ 10 milhões e referem-se principalmente à atualização do parque fabril em Tijuca (60%), parque fabril Alagoas (23%) e investimento em lojas próprias (13%).

Investimentos



Além disso, a Companhia vem investindo em um novo modelo logístico, através da criação de centros de distribuição em locais estratégicos, sendo que já conta com um no estado de Pernambuco, dois no estado de São Paulo (Rio Claro e Jundiá), um no estado do Rio de Janeiro e um no Paraná. Novos centros de distribuição não implicam em desembolso de capital, apenas aumento de despesas comerciais, uma vez que são constituídos através de parcerias com operadores logísticos.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS E DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016 aprovou a proposta da Administração de distribuir dividendos mínimos de 25%. O montante a pagar será de R\$ 7.269 mil, cerca de R\$ 0,046 (líquido dos pagamentos feitos em setembro de 2015). A data de pagamento será 04 de julho de 2016.

Desta forma, a remuneração total aos acionistas referente ao exercício de 2015, foi de R\$ 12.505 mil, o que representou um *yield* (dividendo por ação dividido pela cotação final da ação) de 3,83%.

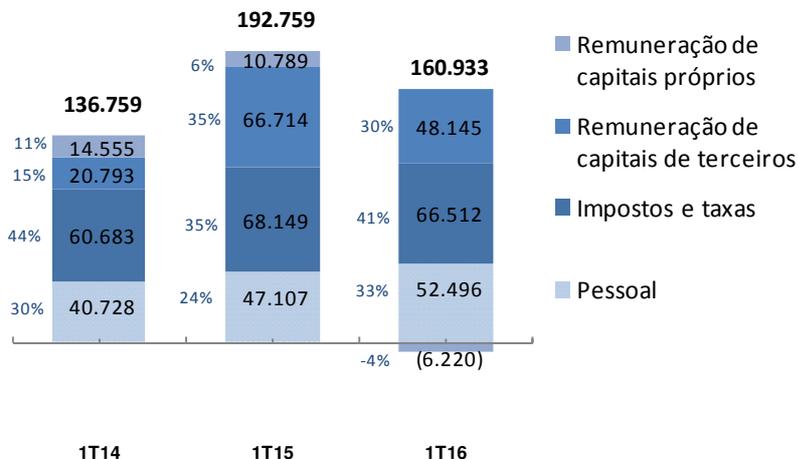
Com vistas à redução de despesas, a companhia propôs e a Assembleia aprovou a redução do número de conselheiros. Desta forma, a partir de 2016 o Conselho de Administração passa a ser composto por 7 membros.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

VALOR ADICIONADO

O valor adicionado no 1T16 totalizou R\$ 161 milhões (R\$ 193 milhões no 1T15). Deste montante, 41% do valor adicionado total, foram destinados aos Governos Federal, Estadual e Municipal na forma de impostos, taxas e contribuições, 33% para remuneração do trabalho (pessoal) e os 26% pra remuneração dos acionistas e de terceiros.



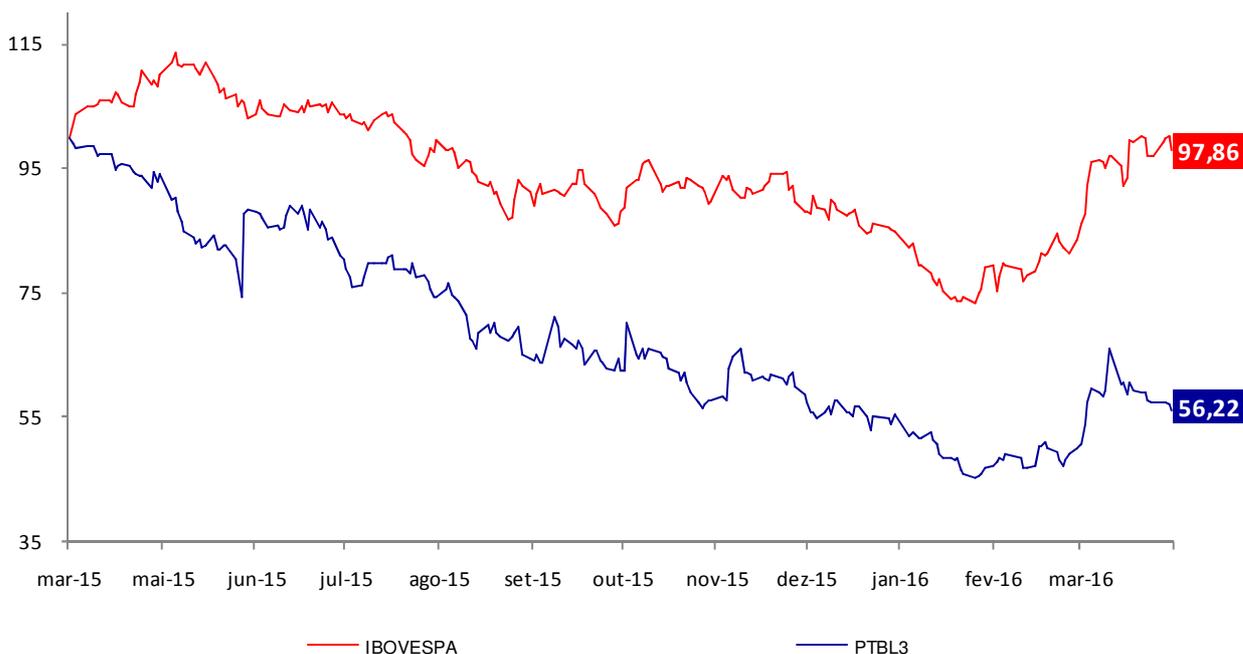
DESEMPENHO DAS AÇÕES PTBL3

As ações ordinárias emitidas pela PBG S.A., negociadas na BM&FBovespa sob o código PTBL3, encerraram o último pregão de março de 2016 cotadas a R\$ 2,08, resultando em uma desvalorização de 44% nos últimos doze meses, enquanto o Ibovespa sofreu queda de 2%.

O volume financeiro médio negociado nos últimos doze meses foi de R\$ 5,1 milhões, apresentando uma redução de 46% frente aos R\$ 9,5 milhões do mesmo período de 2015.

Ao final do 1T16, a PBG S.A. apresentava um valor de mercado equivalente a R\$ 330 milhões (R\$ 586 milhões em 31 de março de 2015).

PTBL3 x Ibovespa
De (base 100) 31/03/2015 a 31/03/2016



Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PERSPECTIVAS

- A Companhia acredita que o cenário econômico desafiador perdurará ao longo de 2016, possivelmente com maior impacto no varejo de materiais de construção, uma vez que as vendas do canal engenharia já foram impactadas pelo desaquecimento do setor imobiliário;
- Neste contexto, a Administração vem implementando ações norteadas pela rentabilização dos ativos existentes, gestão do fluxo de caixa e foco nos atuais diferenciais competitivos;
- A Administração continuará implementando ações, por meio de políticas comerciais e gestão de mix de produtos e canais, para mitigar os efeitos da crise, assim como com seus planos de contenção de despesas, otimização de custos e redução do ritmo de investimentos, buscando readequar sua estrutura de custos para atingir os resultados planejados;
- A Companhia ainda prevê desafios na manutenção de seus custos de produção em 2016, em função do aumento da taxa de câmbio e da inflação de custos;
- As exportações representam a principal alternativa para mitigar os efeitos do mercado doméstico e tendem a crescer em 2016;
- A Portobello Shop mantém seu plano de expansão, cujo alvo é alcançar a marca de 157 lojas até o final de 2016;
- A Companhia acredita que ao longo de 2016, a fábrica de Alagoas, através da sua marca Pointer, alcançará sua maturidade.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política da PBG S.A. em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se fundamenta nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante o primeiro trimestre de 2016, a Companhia não contratou os auditores independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Cesar Bastos Gomes	Presidente
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente (Diretor Presidente)
Nilton Torres de Bastos Filho	Conselheiro
Roberto Alves de Souza Waddington	Conselheiro (Independente)
Plínio Villares Musetti	Conselheiro (Independente)
Glauco José Côrte	Conselheiro (Independente)
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro (Independente)

Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
John Shojiro Suzuki	Diretor Financeiro/Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira	Diretor Corporativo

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

TELECONFERÊNCIA COM WEBCAST

Quinta-feira, 18 de maio de 2016 será realizada a teleconferência em português dos resultados referentes ao 1T16.

Horário: 9h00 (Horário de Brasília).

Dados para conexão

Telefone: +55 11 3193-1001

Senha: PORTOBELLO

Material de apoio: www.portobello.com.br/ri

Para aqueles que não puderem acompanhar as teleconferências ao vivo, será disponibilizado a íntegra do áudio com acesso diretamente pelo web site da companhia (www.portobello.com.br/ri).

Visite o site de Relações com Investidores: www.portobello.com.br/ri

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A PBG S.A, atual denominação social da Portobello S.A, também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 09 de dezembro de 2014, e que detém em 31 de março de 2016 53,99% das ações da sociedade. Os 46,01% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

Em 07 de dezembro de 2015, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da razão social da Companhia, que passa de Portobello S/A para PBG S.A, visando à simplificação da estrutura societária e otimização de processos administrativos.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que atualmente está inativa; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra sete lojas; (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede com 141 lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; e a (v) Companhia Brasileira de Cerâmica responsável pelas atividades na região nordeste, que em dezembro teve as atividades absorvidas pela controladora .

2 Apresentação das informações intermediárias

As presentes demonstrações contábeis intermediárias incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

O que difere a apresentação entre controladora e consolidado é o registro da provisão para perda em investimentos, que não é requerido em IFRS.

Desta forma, o registro da equivalência patrimonial negativa é o motivo das demonstrações não estarem apresentadas em dual compliance.

As referidas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração de Demonstrações Financeiras (DFP).

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2016.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as informações trimestrais de 31 de março de 2016. Essas demonstrações contábeis, portanto, devem ser lidas em conjunto.

a) **Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB**

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01 de janeiro de 2016

- **Revisão do IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização:** A modificação tem o propósito de incluir informações sobre o conceito de expectativa futura de redução no preço de venda e esclarecer sobre o método de depreciação baseado na receita gerada por uma atividade. A Companhia entende que a referida revisão não terá impacto em suas demonstrações contábeis uma vez que se trata apenas da inclusão de esclarecimentos.
- **Revisão do IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas (joint operation):** A alteração requer que o adquirente de uma participação em operação conjunta que constitui um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios do IFRS 3, e de outros pronunciamentos, exceto aqueles que entram em conflito com o IFRS 11. A Companhia avaliará os efeitos oriundos da aplicação da referida revisão em caso de eventual aquisição de operações conjuntas.

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01 de janeiro de 2017

- **IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes:** O pronunciamento estabelece princípios para uma entidade reconhecer a receita na transferência de produtos ou serviços no montante em que reflita o que a entidade espera receber em troca do produto entregue ou serviço prestado. A norma ainda estabelece 5 passos para o reconhecimento da receita. Adicionalmente fornece instruções para a divulgação das informações aos usuários sobre a natureza, quantidade, tempestividade e a incerteza das receitas e fluxo de caixa decorrentes dos contratos da entidade com clientes. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

b) **Sistema EmpresasNet (ENET)**

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet - ENET” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

3 **Principais políticas contábeis**

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais de 31 de março de 2016 são os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

4 **Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis permanecem os mesmos detalhados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber	44.263	47.775	44.263	47.775
Conta corrente	8.021	594	8.021	594
Créditos com controladas	72.865	79.947	-	-
Ativos expostos	125.149	128.316	52.284	48.369
Provisão para perdas em investimentos	(72.718)	(79.676)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(16.455)	(17.640)	(16.455)	(17.640)
Empréstimos e financiamentos	(134.109)	(175.283)	(134.109)	(175.283)
(-) Operação Swap	53.935	76.630	53.935	76.630
Passivos expostos	(169.347)	(195.969)	(96.629)	(116.293)
Exposição líquida	(44.198)	(67.653)	(44.345)	(67.924)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber	259	458	259	458	7.517	9.412	7.517	9.412
Conta corrente	-	-	-	-	2.254	152	2.254	152
Créditos com controladas	-	-	-	-	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(20.433)	(20.392)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(1.734)	(1.468)	(1.734)	(1.468)	(2.478)	(2.953)	(2.478)	(2.953)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(37.683)	(44.889)	(37.683)	(44.889)
(-) Operação Swap	-	-	-	-	15.155	19.624	15.155	19.624
	(1.475)	(1.010)	(1.475)	(1.010)	(15.194)	(18.572)	(15.235)	(18.654)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados em até um ano de suas exportações.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme descrito na nota explicativa nº 6 e 8.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora							
	31 de março de 2016				31 de dezembro de 2015			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	188.267	723	136.124	9.205	210.808	705	128.623	9.018
Entre um e dois anos	228.154	938	55.290	18.992	252.243	1.124	47.923	18.618
Entre dois e cinco anos	200.078	-	-	28.488	191.774	-	-	27.927
Acima de cinco anos	52.823	-	-	24.533	51.303	-	-	26.374
	669.322	1.661	191.414	81.218	706.128	1.829	176.546	81.937

*A diferença entre o total de empréstimos apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec, vide nota explicativa 23a).

	Consolidado							
	31 de março de 2016				31 de dezembro de 2015			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	188.267	723	141.260	9.270	210.808	705	143.310	9.081
Entre um e dois anos	229.318	938	55.290	19.120	253.353	1.124	47.923	18.744
Entre dois e cinco anos	200.078	-	-	28.680	191.774	-	-	28.116
Acima de cinco anos	52.823	-	-	24.702	51.303	-	-	26.554
	670.486	1.661	196.550	81.772	707.238	1.829	191.233	82.495

* A diferença entre o total de empréstimos apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec, vide nota explicativa 23a).

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Em 31 de março de 2016 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 14,15% e Selic de 14,25%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Consolidado em Reais							
	31 de março de 2016	Risco	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações (remuneradas 98,67% CDI)	74.995	Baixa CDI	14,15%	10.471	10,61%	7.853	7,08%	5.235
	74.995			10.471		7.853		5.235
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(12.043)	Alta CDI	14,15%	(1.704)	17,69%	(2.130)	21,23%	(2.556)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(141.913)	Alta CDI	14,15%	(20.081)	17,69%	(25.101)	21,23%	(30.121)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(29.432)	Alta CDI	14,15%	(4.165)	17,69%	(5.206)	21,23%	(6.247)
Debêntures	(206.648)	Alta CDI	14,15%	(29.241)	17,69%	(36.551)	21,23%	(43.861)
Parcelamento	(81.772)	Alta Selic	14,25%	(11.653)	17,81%	(14.566)	21,38%	(17.479)
	(471.808)			(66.844)		(83.554)		(100.264)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável.

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de março de 2016 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas Demonstrações Financeiras. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Consolidado em Reais						
	31 de março de 2016	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	44.263	4,070	6.357	5,088	11.066	6,105	22.132
Conta corrente	8.021	4,070	1.152	5,088	2.005	6,105	4.011
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(16.455)	4,070	(2.363)	5,088	(4.114)	6,105	(8.228)
Empréstimos e financiamentos	(134.109)	4,070	(19.260)	5,088	(33.527)	6,105	(67.055)
(-) Operação Swap	53.935	4,070	7.746	5,088	13.484	6,105	26.968
Exposição líquida	(44.345)	4,070	(6.368)	5,088	(11.086)	6,105	(22.172)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2016 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimos e financiamentos	660.235	696.618	661.399	697.728
Parcelamento de obrigações tributárias	81.218	81.937	81.772	82.495
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(81.875)	(81.761)	(89.493)	(87.664)
Créditos com outras pessoas ligadas	(86.214)	(84.601)	(86.214)	(84.601)
Aplicações Financeiras	(82.466)	(100.478)	(82.466)	(100.478)
Dívida Líquida	490.898	511.715	484.998	507.480
Total do patrimônio líquido	232.685	231.846	232.699	231.856
Total do capital	723.583	743.561	717.697	739.336
Índice de alavancagem financeira (%)	68	69	68	69

Adicionalmente a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 147.784, cuja finalidade é o investimento na unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL), dos quais a Companhia já captou o montante de R\$ 94.401.

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos, empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	81.875	81.761	89.493	87.664
Contas a receber de clientes	184.876	175.837	198.947	208.367
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	82.466	100.478	82.466	100.478
Derivativos	-	5.435	-	5.435
	349.217	363.511	370.906	401.944
Passivo, outros passivos financeiros				
Fornecedores	136.072	128.307	141.208	142.994
Empréstimos, financiamentos e debêntures	660.235	696.618	661.399	697.728
Parcelamento de obrigações tributárias	81.218	81.937	81.772	82.495
Derivativos	1.392	-	1.392	-
	878.917	906.862	885.771	923.217

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Conta corrente	10.959	5.553	14.497	9.147
Aplicações financeiras	70.916	76.208	74.996	78.517
	81.875	81.761	89.493	87.664

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em março de 2016 foi equivalente a 98,67% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

7 Instrumentos financeiros

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

A Companhia possui operações de *Swap*, que visam proteger os pagamentos futuros dos empréstimos e financiamentos nas modalidades abaixo, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Estas operações estão classificadas no passivo não circulante, conforme segue:

a) Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 50.000 ao custo de 9,8% ao ano pré-fixado, mas com Swap para CDI+1,60% ao ano e prazo de pagamento em 60 meses com carência de 24 meses. As amortizações são semestrais.

b) Em novembro de 2014 a Companhia celebrou uma operação de Crédito Exportação (NCE) no valor de US\$ 15.000, equivalente a R\$ 37.600 ao custo de 1,65% a.a + LIBOR-03 + variação cambial, ao ano, com Swap para 109% CDI ao ano e prazo de pagamento em 36 meses com carência de 11 meses. As amortizações são trimestrais. Este contrato foi repactuado em junho de 2015 e posteriormente em agosto de 2015 para ajuste da paridade inicial da operação.

c) Em julho de 2015 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 20.000 ao custo de 2,97% a.a + variação cambial, mas com Swap para CDI+1,60% ao ano e prazo de pagamento em 12 meses com carência de 4 meses. As amortizações são trimestrais. Este contrato foi repactuado em agosto de 2015 para ajuste da paridade inicial da operação.

d) Em setembro de 2015 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 7.200 ao custo de 2,97% a.a + variação cambial, mas com Swap para 111% do CDI e prazo de pagamento em 12 meses com carência de 4 meses. As amortizações são trimestrais.

O valor justo dos ganhos e perdas destas operações de Swap foi registrado líquido, na rubrica "Outros" no passivo circulante:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos	Vencimento	Valor Notional	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
a) Lei nº 4.131	dez-17	28.774	(514)	(119)
b) Crédito Exportação	nov-17	48.608	(592)	3.917
c) Lei nº 4.131	jun-16	15.368	(181)	1.097
d) Lei nº 4.131	ago-16	7.289	(105)	540
		100.039	(1.392)	5.435

A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

8 Aplicações financeiras vinculadas

Em 31 de março de 2016, a Companhia possui aplicações financeiras vinculadas aos contratos das Debêntures, no montante de R\$ 82.466 (R\$ 100.478 em 31 de dezembro de 2015) registradas no circulante, que estarão liberadas após o registro dos gravames escritos nas garantias. No não circulante estão vinculadas ao contrato com o Banco do Nordeste do Brasil S/A.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	139.875	128.120	154.313	160.650
Mercado externo	44.263	47.775	44.263	47.775
	184.138	175.895	198.576	208.425
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	2.461	1.280	2.461	1.280
	2.461	1.280	2.461	1.280
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(1.635)	(1.080)	(1.832)	(1.080)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(88)	(258)	(258)	(258)
	(1.723)	(1.338)	(2.090)	(1.338)
	184.876	175.837	198.947	208.367

A movimentação da provisão para devedores duvidosos de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2015	1.080	1.080
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber	555	752
Em 31 de março de 2016	1.635	1.832

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação provisionados e não provisionados

	Controladora							
	31 de março de 2016	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2015	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	176.526	176.526	-	-	169.633	169.633	-	-
Vencidos até 30 dias	5.376	-	5.210	166	4.168	-	4.168	-
Vencidos de 31 a 90 dias	2.426	-	2.009	417	1.576	-	1.536	40
Vencidos de 91 a 360 dias	1.932	-	1.168	764	1.248	-	747	501
Vencidos há mais de 360 dias	339	-	51	288	550	-	11	539
	186.599	176.526	8.438	1.635	177.175	169.633	6.462	1.080

	Consolidado							
	31 de março de 2016	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2015	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	189.209	189.209	-	-	201.016	201.016	-	-
Vencidos até 30 dias	5.614	-	5.427	187	4.731	-	4.731	-
Vencidos de 31 a 90 dias	3.446	-	2.953	493	2.074	-	2.034	40
Vencidos de 91 a 360 dias	2.429	-	1.565	864	1.334	-	833	501
Vencidos há mais de 360 dias	339	-	51	288	550	-	11	539
	201.037	189.209	9.996	1.832	209.705	201.016	7.609	1.080

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 23. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de março de 2016, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 92.538 (R\$ 97.780 em 31 de dezembro de 2015).

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Produtos acabados	168.604	167.498	168.806	167.701
Produtos em processo	5.909	5.756	5.909	5.756
Matérias-primas e materiais de consumo	34.863	33.410	34.863	33.410
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(8.202)	(6.169)	(8.202)	(6.169)
Importações em andamento	1.352	4.593	1.352	4.593
	202.526	205.088	202.728	205.291

11 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Mercado interno	3.591	2.528	2.870	1.785
Mercado externo	603	268	603	268
	4.194	2.796	3.473	2.053

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante				
ICMS (a)	11.554	12.313	12.086	12.821
IPI (b)	1.668	1.549	2.032	1.975
IRPJ/CSLL	3.623	4.964	4.074	6.020
PIS/COFINS	-	1.112	418	1.521
Outros	364	215	627	438
	<u>17.209</u>	<u>20.153</u>	<u>19.237</u>	<u>22.775</u>
Não circulante *				
ICMS	3.659	3.807	3.659	3.807
PIS/COFINS	5.736	6.670	5.736	6.670
	<u>9.395</u>	<u>10.477</u>	<u>9.395</u>	<u>10.477</u>

* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições de ativo imobilizado.

a) Crédito presumido sobre produtos importados

Desde 2012 a Companhia utiliza o benefício Pró-emprego (TTD) que reduz o ICMS (crédito presumido) na venda de produtos importados através dos portos de Santa Catarina.

Conservadoramente, a Companhia entendeu que não caberia o crédito presumido do ICMS na revenda de produtos importados quando a saída se dava a não contribuinte do ICMS, em especial às empresas construtoras e incorporadoras.

Em 2014, a Companhia contratou uma consultoria para efetuar um trabalho de revisão do ICMS, e foi identificada a possibilidade do aproveitamento desse crédito, inclusive de forma extemporânea. Assim, em 31 de março de 2016, do montante de R\$ 12.086 registrado no ativo circulante, R\$ 3.817 refere-se ao reconhecimento dos créditos fiscais de ICMS referidos acima, líquido dos valores já utilizados.

b) Redução dos percentuais das alíquotas de IPI

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela PBG S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

13 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da “Refinadora”.

Ressalta-se que a “Refinadora” já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal ‘crédito-prêmio do IPI’, de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e “Refinadora” firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2015, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 86.214 (R\$ 84.601 em 31 de dezembro de 2015) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000 , respectivamente.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

14 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 27) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Cível (a)	55.345	47.924	55.363	47.944
Trabalhista	9.317	9.407	9.317	9.407
Tributária	2.893	2.568	2.901	2.573
	67.555	59.899	67.581	59.924

a) A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo.

15 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contadoria apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contadoria apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contadoria da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contadoria da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136.

Em 01 de agosto de 2014, a contadoria da Justiça Federal condenou a Eletrobrás ao pagamento do montante apurado pela perícia, no total de R\$ 35.395, mas com data base de agosto de 2013. A partir dessa liquidação por arbitramento, a Companhia interpôs agravo de instrumento contra a decisão proferida nesses autos, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos critérios a serem adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, a PBG decidiu de forma conservadora, interromper a atualização do ativo momentaneamente, até que se tenha nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo.

O valor apresentado até 31 de março de 2016 corresponde a R\$ 48.621. Importa dizer que o valor apurado pela perícia é com data-base agosto de 2013, enquanto que o valor atualizado pela Companhia conforme mencionado anteriormente, está atualizado até julho de 2014.

16 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Imposto de renda	2.525	3.675	2.931	4.522	-	-	(821)	(415)
Contribuição social	1.097	1.289	1.143	1.498	-	-	(309)	(156)
	3.622	4.964	4.074	6.020	-	-	(1.130)	(571)

Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Prejuízos fiscais	2.901	-
Diferenças temporárias ativas	35.618	34.863
Variações cambiais pelo regime de caixa	10.952	13.720
Provisão para ajuste a valor de mercado	2.403	1.836
Provisão para contingências	9.808	9.605
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	4.689	3.902
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	4.872	4.275
Outras diferenças temporárias ativas	2.894	1.525
Diferenças temporárias passivas	(55.814)	(56.528)
Portobello previdência	(3.291)	(3.291)
Realização da reserva de reavaliação	(19.554)	(19.708)
Recebíveis da Eletrobrás	(16.531)	(16.531)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(7.975)	(7.724)
Ajuste a valor presente	(3.484)	(3.691)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(4.979)	(5.583)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(17.295)	(21.665)

A movimentação líquida em 31 de março de 2016 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2015	(21.665)
Prejuízos fiscais	2.901
Diferenças temporárias ativas	755
Diferenças temporárias passivas	560
Reserva de reavaliação	154
Em 31 de março de 2016	(17.295)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o trimestre, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Prejuízos fiscais	2.901	-
Variações cambiais pelo regime de caixa	(2.768)	4.196
Provisão para ajuste a valor de mercado	567	(21)
Provisão para contingências	203	471
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	787	718
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	597	1.152
Outras diferenças temporárias ativas	1.369	(2.579)
	<u>3.656</u>	<u>3.937</u>
Realização da reserva de reavaliação	154	154
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(251)	(144)
Ajuste a valor presente	207	(359)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	604	(94)
	<u>714</u>	<u>(443)</u>
	<u>4.370</u>	<u>3.494</u>

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de março de 2015	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Lucro antes do imposto	(9.444)	13.569	(6.959)	16.768
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	3.211	(4.614)	2.366	(5.709)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	1.488	1.035	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(103)	512	(103)	512
Depreciação de ativos reavaliados	(154)	(89)	(154)	(89)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(4.442)	(3.123)	(4.590)	(4.187)
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	(6.279)	(2.481)	(9.473)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	3.220	3.494	3.220	3.494
Despesa com imposto de renda e contribuição social	3.220	(2.785)	739	(5.979)
Aliquota efetiva	34,1%	20,5%	10,6%	35,7%

17 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. A Companhia tem expectativa de realização deste ativo em médio prazo. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 31 de março de 2016 é de R\$ 17.961 (R\$ 17.396 em 31 de dezembro de 2015).

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, movido contra a Fazenda Nacional, o qual versa sobre o direito da Companhia em receber benefício fiscal intitulado como crédito prêmio IPI, instituído

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pelo artigo 1º do Decreto Lei nº 491/69, art. 1º, no período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, na forma como vinha recebendo, anteriormente, afastando a interferência, no caso, das Portarias nºs 960/79, 78/81 e 89/81. O referido benefício fiscal era calculado sobre a venda dos produtos manufaturados e exportados.

Nos últimos meses o processo passou por alterações significativas na situação processual. Após o trânsito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do 'quantum' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados. A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional não se manifestou, ensejando a concordância tácita, operando-se a preclusão. Portanto, o processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu em 2015 o montante apurado pelo perito judicial no valor de R\$ 4.983, e como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e que atualizado até 31 de março de 2016 é de R\$ 5.495 (R\$ 5.322 em 31 de dezembro de 2015).

18 Ativos contingentes

O ativo contingente refere-se ao processo judicial 1998.34.00.029022-4 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Com efeito, o processo nº 1998.34.00.029022-4 teve sua liquidação de sentença transitada em julgado em março de 2015. O escritório de advocacia Souza Cescon Barriou & Flesch, instado a apurar o valor dos créditos judiciais declarados, quantificou o direito da Companhia em face da União Federal em R\$ 112.736, base fevereiro de 2012. Estes valores não são contabilizados pois não atendem os critérios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.

19 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

	Resultado do exercício líquido	Percentual de participação	31 de dezembro de 2015	Variações cambiais	Resultado equivalência patrimonial	31 de março de 2016
Provisão para perdas em investimentos						
Portobello América Inc. (a)	(72.718)	100%	(79.677)	7.063	(105)	(72.719)
PBTech Ltda.	(1.585)	99,94%	(2.547)	-	963	(1.584)
Mineração Portobello Ltda.	(247)	99,76%	(302)	-	54	(248)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	(892)	98,00%	(10.863)	-	(872)	(11.735)
			(93.389)	7.063	40	(86.286)
Investimentos - Participação em controladas						
Portobello Shop S.A.	4.817	99,90%	480	-	4.337	4.817
			480	-	4.337	4.817
Total investimento em controladas			(92.909)	7.063	4.377	(81.469)

(a) Em 31 de março de 2016 a Companhia apresenta a provisão para perdas em investimentos da controlada Portobello América Inc. no passivo não circulante. A intenção da Administração é de capitalizar a dívida da controlada.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do período é a seguinte:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Resultado
Em 31 de dezembro de 2015						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	288	79.964	-	(88)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	5.296	7.815	44.806	1.529
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	23.148	22.668	64.693	20.612
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.527	1.829	5.699	(16)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	27.643	11.731	62.311	(11.236)
Em 31 de março de 2016						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	162	72.880	-	(105)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	6.772	8.357	14.606	964
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	29.331	24.514	14.885	4.337
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	2.271	2.518	1.853	54
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	6.097	1.454	(42)	(872)

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A controladora PBG S.A. possui um AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) com a controlada Companhia Brasileira de Cerâmica no montante de R\$ 16.380 (R\$ 27.321 em 31 de dezembro de 2015), classificada no ativo não circulante.

c) Companhia Brasileira de Cerâmica

Em dezembro de 2015, a controlada Companhia Brasileira de Cerâmica teve suas atividades operacionais absorvidas pela controladora PBG S.A.

20 Imobilizado

a) Composição

	Controladora			Consolidado			
	Taxa média anual de depreciação	31 de março de 2016		31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016		31 de dezembro de 2015
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		12.141	-	12.141	12.141	13.062	13.062
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	199.389	(29.912)	169.477	164.853	167.919	163.773
Máquinas e equipamentos	15%	497.368	(263.747)	233.621	224.665	233.621	224.665
Móveis e utensílios	10%	9.444	(8.037)	1.407	1.418	1.425	1.440
Computadores	20%	18.182	(14.172)	4.010	4.123	4.030	4.147
Outras imobilizações	20%	208	(182)	26	30	7.652	5.494
Imobilizações em andamento		16.360	-	16.360	29.449	17.650	31.613
		753.092	(316.050)	437.042	436.679	445.359	444.194

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição, (vide nota explicativa nº 31e).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisões das taxas, e a última alteração foi realizada em 2015.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora										
	31 de dezembro de 2014					31 de dezembro de 2015					31 de março de 2016
	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas			
Terrenos	12.141	-	-	-	12.141	-	-	-	-	12.141	
Edificações e benfeitorias	100.944	-	69.163	(5.254)	164.853	-	6.320	(1.696)	-	169.477	
Máquinas e equipamentos	135.008	1.012	109.426	(20.462)	(319)	224.665	201	14.291	(5.536)	233.621	
Móveis e utensílios	1.018	49	535	(184)	-	1.418	-	37	(48)	1.407	
Computadores	1.861	1.618	1.530	(886)	-	4.123	18	176	(307)	4.010	
Outras imobilizações	41	-	-	(11)	-	30	-	-	(4)	26	
Imobilizações em andamento	136.438	74.029	(181.018)	-	-	29.449	7.735	(20.824)	-	16.360	
	387.451	76.708	(364)	(26.797)	(319)	436.679	7.954	-	(7.591)	437.042	

	Consolidado										
	31 de dezembro de 2014					31 de dezembro de 2015					31 de março de 2016
	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas			
Terrenos	13.062	-	-	-	13.062	-	-	-	-	13.062	
Edificações e benfeitorias	100.844	-	69.163	(6.234)	163.773	-	6.320	(2.174)	-	167.919	
Máquinas e equipamentos	135.008	1.012	109.426	(20.462)	(319)	224.665	201	14.291	(5.536)	233.621	
Móveis e utensílios	1.041	52	535	(188)	-	1.440	-	37	(49)	(3)	1.425
Computadores	1.891	1.622	1.530	(896)	-	4.147	24	170	(311)	-	4.030
Outras imobilizações	1.973	200	3.332	(11)	-	5.494	-	2.162	(4)	-	7.652
Imobilizações em andamento	138.766	77.326	(184.350)	-	(129)	31.613	9.017	(22.980)	-	17.650	
	392.585	80.212	(364)	(27.791)	(448)	444.194	9.242	-	(8.074)	(3)	445.359

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de março de 2015	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Custo dos produtos vendidos	6.837	4.638	6.837	4.638
Despesa comercial	500	433	983	556
Despesa administrativa	254	218	254	222
	7.591	5.289	8.074	5.416

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Intangível

a) Composição

	Taxa média anual de amortização	Controladora			Consolidado		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31 de	31 de	31 de
					dezembro de 2015	março de 2016	dezembro de 2015
				31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
				Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	150	150
Softwares	20%	17.654	(12.714)	4.940	2.032	4.940	2.032
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(1.000)	-	773	1.058	1.164
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	7.039	7.039
Softwares em desenvolvimento	-	2.305	-	2.305	5.315	2.305	5.315
Sistema de gestão (a)	21%	18.887	(10.335)	8.552	9.540	8.552	9.540
		39.996	(24.049)	15.947	17.810	24.044	25.240

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor.

b) Movimentação do intangível

	Controladora								
	31 de dezembro de 2014	Adições	Amortizações	Transferência	31 de dezembro de 2015	Adições	Amortizações	Transferência	31 de março de 2016
Marcas e patentes	150	-	-	-	150	-	-	-	150
Softwares	139	1.802	(272)	363	2.032	-	(223)	3.131	4.940
Direito exploração de jazidas	50	1.015	(292)	-	773	-	(29)	-	(744)
Softwares em desenvolvimento	2.803	2.512	-	-	5.315	121	-	(3.131)	2.305
Sistema de gestão	13.495	-	(3.955)	-	9.540	-	(988)	-	8.552
	16.637	5.329	(4.519)	363	17.810	121	(1.240)	-	(744)

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2014	Adições	Amortizações	Transferência	31 de dezembro de 2015	Adições	Amortizações	Transferência	31 de março de 2016
Marcas e patentes	150	-	-	-	150	-	-	-	150
Softwares	139	1.802	(272)	363	2.032	-	(223)	3.131	4.940
Direito exploração de jazidas	494	1.015	(345)	-	1.164	745	(107)	-	(744)
Fundo de comércio	4.240	2.799	-	-	7.039	-	-	-	7.039
Softwares em desenvolvimento	2.803	2.512	-	-	5.315	121	-	(3.131)	2.305
Sistema de gestão	13.495	-	(3.955)	-	9.540	-	(988)	-	8.552
	21.321	8.128	(4.572)	363	25.240	866	(1.318)	-	(744)

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de março de 2015	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Custo dos produtos vendidos	151	51	229	64
Despesa comercial	704	704	704	704
Despesa administrativa	385	300	385	300
	<u>1.240</u>	<u>1.055</u>	<u>1.318</u>	<u>1.068</u>

c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Softwares	824	1.099	1.069	1.059	849	40	-	-	-	-	4.940
Direito de exploração de jazidas	329	426	38	38	38	38	38	38	38	37	1.058
Sistema de gestão	3.174	3.673	1.692	13	-	-	-	-	-	-	8.552
	<u>4.327</u>	<u>5.198</u>	<u>2.799</u>	<u>1.110</u>	<u>887</u>	<u>78</u>	<u>38</u>	<u>38</u>	<u>38</u>	<u>37</u>	<u>14.550</u>

Os itens marcas e patentes, fundo de comércio e softwares em desenvolvimento no total de R\$ 9.494 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício.

22 Fornecedores e cessão de crédito

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Mercado interno	103.829	96.740	108.965	111.427
Mercado externo	14.504	16.241	14.504	16.241
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(52)	(316)	(52)	(316)
Circulante	<u>118.281</u>	<u>112.665</u>	<u>123.417</u>	<u>127.352</u>
Mercado interno (a)	55.290	47.923	55.290	47.923
Não circulante	<u>55.290</u>	<u>47.923</u>	<u>55.290</u>	<u>47.923</u>
	<u>173.571</u>	<u>160.588</u>	<u>178.707</u>	<u>175.275</u>

(a) Provisão para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 14

b) Cessão de crédito de fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras de primeira linha no montante de R\$ 17.791 no 1T16 e R\$ 15.642 em 2015, com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Empréstimos e financiamentos

a) Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Vencimentos	Encargos	Controladora		Consolidado	
				31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante							
Capital de giro (a)	R\$	Out/2016	15,12% a.a. ¹	10.879	15.541	10.879	15.541
Arrendamento financeiro (b)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	723	705	723	705
Banco do Nordeste S.A (c)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	9.495	9.015	9.495	9.015
BNDES (d)	R\$	Mar/2016	- a.a. ¹	-	2.362	-	2.362
Lei nº 4.131 (e) - (nota 7)	R\$	Dez/2017	15,73% a.a.	15.146	14.488	15.146	14.488
Lei nº 4.131 (e) - (nota 7)	US\$	Ago/2016	15,71% a.a. ¹	12.346	24.482	12.346	24.482
NCE (f)	R\$	Jan/2018	14,93% a.a. ¹	61.854	63.790	61.854	63.790
Pré-pagamento (g)	US\$	Mai/2018	5,16% a.a.+VC	4.462	4.896	4.462	4.896
PRODEC (h)	R\$	Set/2019	4,00% a.a. ¹	13.098	13.514	13.098	13.514
FINEP (i)	R\$	Mai/2021	7,63% a.a. ¹	9.761	6.866	9.761	6.866
DEG (j)	US\$	Out/2021	5,71% a.a.+VC	12.233	12.497	12.233	12.497
FINAME (k)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. ¹	423	415	423	415
ACC (l)	US\$	Nov/2016	3,15% a.a.+VC	4.536	15.365	4.536	15.365
NCE (f) - (nota 7)	US\$	Vide letra i	15,40% a.a.	23.793	26.117	23.793	26.117
Debêntures 1ª série (m)	R\$	Nov/2022	17,69% a.a.	4.928	336	4.928	336
Debêntures 2ª série (n)	R\$	Nov/2020	17,29% a.a.	4.758	325	4.758	325
Total do circulante			12,52% a.a.¹	188.435	210.714	188.435	210.714
Total moeda nacional				131.065	127.357	131.065	127.357
Total moeda estrangeira				57.370	83.357	57.370	83.357
Não circulante							
Capital de giro (a)	R\$	Out/2016	15,12% a.a. ¹	-	-	1.164	1.110
Arrendamento financeiro (b)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	938	1.124	938	1.124
Banco do Nordeste S.A (c)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	78.364	76.446	78.364	76.446
Lei nº 4.131 (e) - (nota 7)	R\$	Dez/2017	15,73% a.a.	14.286	14.286	14.286	14.286
NCE (f)	R\$	Jan/2018	14,93% a.a. ¹	38.472	48.716	38.472	48.716
Pré-pagamento (g)	US\$	Mai/2018	5,16% a.a.+VC	5.561	7.322	5.561	7.322
PRODEC (h)	R\$	Set/2019	4,00% a.a. ¹	35.188	33.934	35.188	33.934
FINEP (i)	R\$	Mai/2021	7,63% a.a. ¹	28.307	19.986	28.307	19.986
DEG (j)	US\$	Out/2021	5,71% a.a.+VC	53.384	58.572	53.384	58.572
FINAME (k)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. ¹	2.544	2.648	2.544	2.648
NCE (f) - (nota 7)	US\$	Vide letra i	15,41% a.a.	17.794	26.032	17.794	26.032
Debêntures 1ª série (m)	R\$	Nov/2022	17,69% a.a.	98.481	98.419	98.481	98.419
Debêntures 2ª série (n)	R\$	Nov/2020	17,29% a.a.	98.481	98.419	98.481	98.419
Total do não circulante			11,34% a.a.¹	471.800	485.904	472.964	487.014
Total moeda nacional				395.061	393.978	396.225	395.088
Total moeda estrangeira				76.739	91.926	76.739	91.926
Total Geral			11,67% a.a.¹	660.235	696.618	661.399	697.728
Total moeda nacional				526.126	521.335	527.290	522.445
Total moeda estrangeira				134.109	175.283	134.109	175.283

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação (R\$ mil)	Prazo (meses)	Amorização	Carência (meses)	Garantias
		Desembolso	Vencimento					
(a)	Capital Giro	set-15	out-16	R\$ 20.000	13	Mensal		Recebíveis da Portobello SA no valor de 20% do saldo devedor do contrato
(b)	Arrend.financieiro	mai-15	mai-18	R\$ 2.192	36	Mensal		Máquinas e equipamentos
	Banco do Nordeste	ago-14	jun-25	R\$ 94.401	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos
(c)	<i>Contrato celebrado em 06/2013, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 08/2014 no valor de R\$ 29.221 , a 2ª parcela liberada em 01/2015 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em 09/2015 no valor de R\$ 14.700, a 4ª parcela liberada em 03/2016 no valor de R\$ 4.713.</i>							
(d)	BNDES (Progeren)	jan-13 mar-13	jan-16 mar-16	R\$ 20.000 R\$ 10.000	36 36	Mensal Mensal	13 13	Operação clean Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
(e)	4131 Trade	dez-12	dez-17	R\$ 50.000	60	Semestral	24	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
		jul-15	jun-16	US\$ 6.396	12	Trimestral	6	Operação clean
		set-15	ago-16	US\$ 2.000	12	Trimestral	6	Operação clean
(f)	Crédito de Exportação (NCE)	jan-13 abr-13	dez-17 abr-16	R\$ 20.000 R\$ 30.000	60 36	Semestral Semestral	24 12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato Recebíveis da Portobello SA no valor de 20% do saldo devedor do contrato
		mar-14	jan-17	R\$ 15.000	35	Mensal	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
		mar-14	jan-17	R\$ 13.300	35	Mensal	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
		abr-14	mar-17	R\$ 15.000	36	Mensal	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
		mai-14	abr-17	R\$ 15.000	35	Mensal	8	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
		set-14	set-17	R\$ 10.000	36	Trimestral	3	Operação clean
		nov-14	nov-17	US\$ 15.000	36	Trimestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 15% do saldo devedor do contrato
		fev-15	jan-18	R\$ 50.000	36	Trimestral	9	Recebíveis da Portobello SA no valor de 15% do saldo devedor do contrato
(g)	Pré-pagamento	jun-13	mai-18	US\$ 5.000	60	Trimestral	15	Penhor mercantil
	PRODEC				48	Bullet	Bullet	-
(h)	<i>(Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (12,58% ao ano). O valor diferido é 60% do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.</i>							
(i)	Finep	jul-10	set-18	R\$ 30.103	99	Mensal	24	Fiança Bancária
		<i>Todas as 5 parcelas do financiamento foram liberadas pelo Banco, conforme abaixo: 1ª - R\$ 5.000 em 07/2010, 2ª - R\$ 5.100 em 08/2010, 3ª - R\$ 3.146 em 09/2010, 4ª - R\$ 5.572 em 12/2012 e 5ª - R\$ 11.282 em 08/2013.</i>						
		jul-14	mai-21	R\$ 25.107	84	Mensal	24	Fiança Bancária
		<i>Contrato celebrado em 07/2014, no valor de R\$ 57.300 e a 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco neste mesmo mês. A 2ª parcela liberada em 01/2016 no valor de R\$ 12.479.</i>						
	DEG	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias
(j)	<i>Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que não foram cumpridas, porém, a Companhia já recebeu a "waiver" para o 1T16 e o saldo está mantido no não circulante.</i>							
(k)	Finame	mai-13 jul-13 jul-13 jan-14	mai-23 abr-23 jul-23 ago-23 jun-23	R\$ 39 R\$ 601 R\$ 107 R\$ 1.890 R\$ 577	120 120 120 120 114	Mensal Mensal Mensal Mensal Mensal	25 24 25 26 18	Máquinas e equipamentos
(l)	ACC	nov-15	nov-16	US\$ 5.000	12	Bullet	Bullet	Operação clean
(m)	Debêntures 1ª Série	dez-15	nov-22	R\$ 100.000	83	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
(n)	Debêntures 2ª Série	dez-15	nov-20	R\$ 100.000	59	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 9) e de controlada (nota explicativa nº 41), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 11.016.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado		
	Vencimentos em 1º de Abril	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
2017		122.781	149.553	122.781	149.553
2018		101.466	98.435	102.630	99.545
2019 a 2025		247.553	237.916	247.553	237.916
		471.800	485.904	472.964	487.014

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Reais	526.126	521.335	527.290	522.445
Dólares dos Estados Unidos	134.109	175.283	134.109	175.283
	<u>660.235</u>	<u>696.618</u>	<u>661.399</u>	<u>697.728</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

As obrigações de arrendamento financeiro para a controladora e consolidado estão descritas conforme abaixo:

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Arrendamento financeiro		
Obrigações brutas (pagamentos mínimos)		
Menos de um ano	856	856
Total	<u>856</u>	<u>856</u>
Encargos de financiamento futuros	805	973
Valor presente das obrigações	<u>1.661</u>	<u>1.829</u>
Valor presente das obrigações		
Menos de um ano	723	705
Mais de um ano e menos de cinco anos	938	1.124
Total	<u>1.661</u>	<u>1.829</u>

c) Debêntures

Em 17 de novembro de 2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Emissora, com relação a vencimentos de dívidas nos anos de 2015 e 2016 e o saldo remanescente à utilização como reforço de caixa da emissora.

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor da captação		
Debêntures 1ª série	105.259	100.668
Debêntures 2ª série	105.090	100.647
Saldo Bruto	<u>210.349</u>	<u>201.315</u>
Custos de captação	(3.700)	(3.817)
Saldo líquido	<u>206.649</u>	<u>197.498</u>
Circulante	9.686	661
Não circulante	196.963	196.837

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Características da Emissão	
Emissão	2ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A
Coordenador Líder	Banco Bradesco S.A.
Banco Depositário	ITAU CV S/A
Negociação	CETIP
Número de Séries	2
Volume da Emissão R\$	200.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	2.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00

Detalhamento da operação por série		
Série	1ª	2ª
Registro CVM N°	480/09	
Código do Ativo	PTBL12	PTBL22
Data de Emissão	26/11/2015	
Data de Vencimento	26/11/2022	26/11/2020
Volume R\$	100.000.000,00	100.000.000,00
Qtde de Debêntures	1.000	1.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00	100.000,00
Forma	Normativa e escritural	
Espécie	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
Conversibilidade	Não conversíveis em ações de Emissão da Emissora	
Atualização	Não haverá atualização monetária do Valor Nominal	
Remuneração	Taxa DI + 3,55% ao ano (ano com base 252 dias)	Taxa DI + 3,15% ao ano (ano com 252 dias)
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 26/05/2016	
Amortização	Será amortizado em 11 (onze) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vígésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.	será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vígésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.
Atos Societários:	RCA em 17/11/2015	
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA <= 3,35 vezes (ano 2015), 3,00 (ano 2016), 2,75 (ano 2017), 2,65 (ano 2018), 2,50 (anos 2019, 2020 e 2021) e 3,00 (a partir de 2022).	
	Divisão entre Ativo Circulante pelo Passivo Circulante >= 1,15 vezes	

Em 31 de março de 2016 não foram atingidos os índices de Dívida Líquida pelo Ebitda no cálculo de covenants das debêntures, todavia, para configurar a quebra, é necessário o não atingimento do covenant contratado por dois trimestres consecutivos.

24 Parcelamento de obrigações tributárias

Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		Controladora		Consolidado	
	Data	Parcelas a vencer	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	103	81.218	81.937	81.772	82.495

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Vencimento				
2016	6.831	9.018	6.879	9.081
2017 a 2023 (*)	66.472	65.163	66.920	65.604
2024	7.915	7.756	7.973	7.810
	81.218	81.937	81.772	82.495
Circulante	9.205	9.018	9.270	9.081
Não circulante	72.013	72.919	72.502	73.414

(*) Sete parcelas anuais de R\$ 9.496 em 31 de março de 2016 e R\$ 9.309 em 31 de dezembro de 2015 para a Controladora e R\$ 9.560 e R\$ 9.372 respectivamente para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 25).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 791 sem atraso superior a três meses, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

25 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do "aproveitamento indevido". A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI,

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

referidas nas notas explicativas nº 17 e nº 18. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o que a Companhia entende ser remoto com base na opinião dos seus assessores jurídicos, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 22.421 em 31 de março de 2016, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 18.

26 Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de março de 2016 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
IRRF	1.355	2.251	1.629	2.660
ICMS	11.777	7.245	11.847	7.189
PIS/COFINS	286	-	989	455
Outros	592	344	719	444
	14.010	9.840	15.184	10.748

27 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Cíveis	7.785	7.794	7.898	7.909
Trabalhistas	21.074	20.823	21.074	20.823
Tributárias	15.117	12.458	15.117	12.458
	<u>43.976</u>	<u>41.075</u>	<u>44.089</u>	<u>41.190</u>
Não Circulante	43.976	41.075	44.089	41.190

Em 31 de março de 2016 não há contingências que possuem expectativa de realização menor que 12 meses.

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2015	7.794	20.823	12.458	41.075
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	235	944	2.659	3.838
Provisões adicionais	196	158	2.293	2.647
Reversões por não utilização	(150)	(78)	-	(228)
Atualização monetária (nota 34)	189	864	366	1.419
Reversões por realização	(244)	(693)	-	(937)
Em 31 de março de 2016	<u>7.785</u>	<u>21.074</u>	<u>15.117</u>	<u>43.976</u>

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2015	7.909	20.823	12.458	41.190
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	244	944	2.659	3.847
Provisões adicionais	197	158	2.293	2.648
Reversões por não utilização	(150)	(78)	-	(228)
Atualização monetária (nota 34)	197	864	366	1.427
Reversões por realização	(255)	(693)	-	(948)
Em 31 de março de 2016	<u>7.898</u>	<u>21.074</u>	<u>15.117</u>	<u>44.089</u>

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 232 ações cíveis (232 ações em 31 de dezembro de 2015), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa n° 14).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 372 reclamações trabalhistas (372 reclamações em 31 de dezembro de 2015), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se, preponderantemente, na postulação do adicional de insalubridade, matéria já pacificada no TRT da 12ª Região em favor da Companhia. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 14).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

Alteração do Critério de Correção de Débitos Trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho - TST, em decisão publicada em 07 de agosto de 2015, promoveu a alteração do índice de correção dos débitos trabalhistas, de modo a substituir a Taxa Referencial (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2009. A mudança de critério impactará o saldo de provisões trabalhistas em aproximadamente R\$ 6,5 milhões. Todavia, o Supremo Tribunal Federal - STF, em decisão da lavra do Min. Dias Tófoli na Reclamação nº 22012, deferiu liminar suspendendo os efeitos da decisão do TST. Desta forma, a Companhia não promoverá a majoração de suas provisões trabalhistas enquanto não for publicada decisão terminativa da ação em tramitação no STF.

Tributárias

a) INSS sobre Cooperativas

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando ao recolhimento da contribuição, mas entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas, com base nisso pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 31 de março de 2016 soma R\$ 601 (R\$ 601 em 31 de dezembro de 2015).

O Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 595.838, através de Repercussão Geral declarou a inconstitucionalidade do Art. 22, inciso IV da Lei 8.212/91. Assim, em juízo de retratação o Tribunal Regional Federal da 3ª Região nos autos da Apelação Cível nº 2002.61.00.009723-6 e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região nos autos da Apelação Cível nº 2002.72.00004159-5 seguiram o posicionamento firmado pelo STF, de modo a dar provimento aos Recursos de Apelação confirmando a inconstitucionalidade do Art. 22, inciso IV da Lei 8.212/91.

Em 27 de março de 2015, na Apelação Cível nº 2002.72.00004159-5, ocorreu o trânsito em julgado do acórdão. Os valores depositados já foram levantados pela Companhia, mediante outorga de alvará judicial. No tocante a Apelação Cível nº 2002.61.00.009723-6, o processo encontra-se aguardando certificação do trânsito em julgado. No tocante a Apelação Cível nº 2002.61.00.009723-6, o processo

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

está concluso para despacho do desembargador sobre embargos de declaração apresentados pela Fazenda Nacional (fev/16).

b) Exclusão do ICMS da base de calculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de calculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de calculo em relevo, e o montante até 31 de março de 2016 é de R\$ 13.792 (R\$ 11.475 em 31 de dezembro de 2015).

Os saldos das provisões para contingencias tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC do período.

c) PIS e COFINS sobre receitas financeiras

Em setembro de 2015, a Companhia impetrou mandato de segurança objetivando suspender o valor de Pis/Cofins sobre receitas financeiras. Mensalmente os valores apurados e pagos através de depósito judicial. O saldo da provisão em 31 de março de 2016 é de R\$ 724 (R\$ 382 em 31 de dezembro de 2015).

28 Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Cíveis	2.560	2.677	2.665	2.977
Trabalhistas	8.387	8.581	8.387	8.581
	10.947	11.258	11.052	11.558

a) Processo Administrativo nº 10983.721445/2014-78

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da PBG S.A tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73 milhões como passivos potenciais.

Em 07 de março de 2016 a Companhia foi cientificada da lavratura dos Autos de Infração ref. os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516.7200300/2016-91 que constituíram créditos tributários referentes compensações indevidas de IRPJ e CSLL. Contudo, a companhia defendeu que esta discussão já esta em curso no processo 10983.721445/2014-78. Foi solicitado o cancelamento lançamento fiscal impugnado no montante de R\$ 19 milhões, devido a duplicidade por parte do fisco.

29 Benefícios a empregados

29.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 34 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Controladora
	31 de março de 2016 e 2015
Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	6% a.a. (real)
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a. (real)
Crescimentos salariais futuros	2% a.a. (real) até 47 anos
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	2% a.a. (real) a partir de 48 anos
Inflação	Desconsiderada
Fator de capacidade	
Salários	100%
Benefícios	100%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	Exp. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de março de 2015	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Remuneração	32.137	27.504	35.773	30.380
Benefícios				
Plano de previdência	296	269	297	286
FGTS	2.607	2.280	3.038	2.561
Outros	4.002	3.551	4.264	3.785
Total	39.042	33.604	43.372	37.012

30 Incentivo de longo prazo

Diante da perspectiva de criação de valor para negócio foi instituído e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2012, o incentivo de longo prazo (ILP). Este consiste em um programa de meritocracia que visa atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na Companhia, alinhar os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular permanência nos cargos.

São elegíveis ao ILP diretores e gerentes com classificações de desempenho acima da média, conforme política interna de avaliação de performance, e que mediante a assinatura de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa.

No contrato de adesão é definido o número de títulos que cada participante receberá. Os títulos são chamados figurativamente de “ações referência” e não são negociados em mercado de balcão. A “valorização” dos títulos anualmente é calculada pelo desempenho do ebitda¹ e da relação entre ebitda e dívida líquida².

O pagamento será feito em três parcelas anuais (2015, 2016, 2017 para o plano de 2012) com diferimento de dois anos no início do período (2013 e 2014). A liquidação será completa após cinco anos do reconhecimento inicial (2017) e a Companhia fará o pagamento, através de valores monetários em valor proporcional aos valores apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012, destes, três participantes já solicitaram o pagamento da parcela de 2015, os demais postergaram o recebimento para 2016.

O valor presente da obrigação em 31 de março de 2016 é R\$ 8.709 na controladora e R\$ 9.336 no consolidado (R\$ 8.709 na controladora e R\$ 9.336 no consolidado em 31 de dezembro de 2015).

¹lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização

² empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários.

31 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2016 a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 99.565 (R\$ 99.565 em 31 de dezembro de 2015), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.158.488.517 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 31 de março de 2016 havia 72.619.371 ações em circulação, o equivalente a 45,82% do total de ações emitidas (72.769.371 em 31 de dezembro de 2015, equivalente a 45,91% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de março de 2016, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 15.113 (R\$ 15.113 em 31 de dezembro de 2015) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de retenção de lucros

O montante de R\$ 86.070 refere-se ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 30 de abril de 2015, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

d) Lucros a disposição da AGO

O montante da “Reserva de lucros a destinar” em 31 de março de 2016 é de R\$ 38.010 e refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados do exercício de 2015, após a destinação de 5% para reserva legal e dos 25% de dividendos mínimos obrigatórios.

Os Administradores da Companhia irão propor em Assembleia Geral a destinação das reservas em observância aos artigos 199 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).,

Com a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2015 nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, o saldo das reservas de lucros excedeu o valor do capital social, motivo pelo qual, com base no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 é proposta a aplicação do excesso no aumento de capital, a ser deliberado pelos acionistas em assembleia geral.

e) Ajuste de avaliação patrimonial – Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo do ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 37.958 em 31 de março de 2016 (R\$ 38.258 em 31 de dezembro de 2015), a despesa de depreciação da reavaliação, no trimestre findo em 31 de março de 2016 foi de R\$ 300 (R\$ 618 em 31 de dezembro de 2015), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial registrado no passivo não circulante é de R\$ 19.554 (R\$ 19.708 em 31 de dezembro de 2015), vide nota explicativa nº 16(b).

Adicionalmente o saldo de ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 149 redutor da rubrica é composto, além do custo atribuído de R\$ 37.958 mencionado acima, pelos saldos dos ajustes acumulados de conversão no montante de R\$ 34.647 e outros resultados abrangentes R\$ 3.460 ambos redutores, conforme demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

32 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2016, é como segue.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de março de 2015	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Receita bruta de vendas	283.554	284.389	307.444	305.231
Deduções da receita bruta	(62.468)	(60.994)	(66.083)	(63.875)
Impostos sobre vendas	(53.488)	(54.544)	(56.630)	(57.092)
Devoluções	(8.980)	(6.450)	(9.453)	(6.783)
Receita líquida de vendas	221.086	223.395	241.361	241.356
Mercado interno	187.576	195.405	202.493	211.730
Mercado externo	33.510	27.990	38.868	29.626

33 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o trimestre findo em 31 de março de 2016 são os seguintes:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de março de 2015	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(151.754)	(150.714)	(151.789)	(150.165)
Com Vendas	(48.876)	(35.611)	(61.146)	(44.873)
Gerais e Administrativas	(8.511)	(7.252)	(8.911)	(7.534)
	<u>(209.141)</u>	<u>(193.577)</u>	<u>(221.846)</u>	<u>(202.572)</u>
Abertura das despesas por natureza				
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	1.779	(6.863)	1.757	(6.861)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	84.522	74.388	82.734	72.993
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	6.444	10.979	6.443	10.979
Custo das mercadorias revendidas	18.826	43.197	20.445	44.028
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	1.804	1.194	1.809	1.194
Salários, encargos e benefícios a empregados (b)	48.330	37.923	53.749	42.076
Mão de obra e serviços de terceiros (c)	18.515	7.626	19.246	8.459
Amortização e depreciação	8.828	6.344	9.389	6.484
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	2.489	1.982	3.343	2.773
Comissões sobre vendas	6.208	5.611	6.600	5.905
Despesas com marketing e publicidade	2.151	1.251	4.214	2.687
Outras despesas comerciais	7.645	8.649	10.384	10.485
Outras despesas administrativas	1.600	1.296	1.733	1.370
Total	<u>209.141</u>	<u>193.577</u>	<u>221.846</u>	<u>202.572</u>

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

(b) O crescimento desses gastos, ocorreram basicamente em função da não adesão a tributação do INSS através da desoneração da folha de pagamento em 2016. Até 2015 a Companhia tributava o INSS de acordo com as regras de desoneração da folha de pagamento, registrando os valores como dedução da receita bruta.

(c) O crescimento desses gastos referem-se a despesas com serviços logísticos dos novos centros de distribuição.

34 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2016 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de março de 2015	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	175	36	175	33
Outras receitas	98	129	98	133
Total	<u>273</u>	<u>165</u>	<u>273</u>	<u>166</u>
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 27)	(407)	(492)	(426)	(534)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 30)	(392)	(802)	(392)	(931)
Provisão para participação no resultado (a)	(1.564)	(2.587)	(1.564)	(3.028)
Despesas pré operacionais Fábrica Alagoas	-	(1.453)	-	(3.602)
Custo de ociosidade (b)	(4.391)	-	(4.391)	-
Outras despesas	(266)	(219)	(354)	(183)
Total	<u>(7.020)</u>	<u>(5.553)</u>	<u>(7.127)</u>	<u>(8.278)</u>
Total líquido	<u>(6.747)</u>	<u>(5.388)</u>	<u>(6.854)</u>	<u>(8.112)</u>

(a) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

(b) Despesas com adequação dos equipamentos de produção com intuito de ajustar a produção a demanda do mercado Nordeste.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do trimestre findo em 31 de março de 2016 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de março de 2015	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Receitas financeiras				
Juros	5.565	2.887	5.746	3.051
Atualização de ativos	2.482	2.473	2.482	2.473
Resultado de operação de Swap (a)	-	7.840	-	7.840
Outros	216	181	230	206
Total	8.263	13.381	8.458	13.570
Despesas financeiras				
Juros	(8.901)	(7.985)	(9.007)	(8.041)
Encargos financeiros com tributos	(1.680)	(1.594)	(1.695)	(1.606)
Decomposição de desconto de provisões para contingências	(1.419)	(1.008)	(1.424)	(1.011)
Resultado de operação de Swap (a)	(7.976)	-	(7.976)	-
Provisão de juros debêntures	(9.034)	-	(9.034)	-
Imposto de renda sob juros e IOF	(520)	(2.558)	(536)	(2.561)
Outros	(1.201)	(1.926)	(1.485)	(2.040)
Total	(30.731)	(15.071)	(31.157)	(15.259)
Variação cambial líquida				
Cientes e fornecedores	(9.450)	8.311	(9.820)	8.311
Empréstimos e financiamentos	12.899	(20.526)	12.899	(20.526)
Total	3.449	(12.215)	3.079	(12.215)
Total líquido	(19.019)	(13.905)	(19.620)	(13.904)

(a) Provisão do resultado das operação de Swap, conforme detalhadas na nota explicativa 7.

36 Lucro por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de março de 2015	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	(6.224)	10.784	(6.224)	10.784
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489	158.489	158.489
Lucro básico por ação	(0,0393)	0,0680	(0,0393)	0,0680

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

37 Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou em 05 de agosto de 2015 para pagamento antecipado no exercício de 2015 o montante bruto de R\$ 5.940 a título de juros sobre capital próprio, correspondente ao valor de R\$ 0,037484 por ação ordinária pagos em 21 de setembro de 2015.

O montante que resta a pagar aos acionistas a título de distribuição de lucros é de R\$ 7.269, cuja data de pagamento foi deliberada na Assembleia Geral Ordinária para 04 de julho de 2016. O total distribuído em 2015 corresponde a 25% do lucro líquido ajustado referente o exercício de 2015, no montante de R\$ 12.505.

38 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de março de 2016			Em 31 de março de 2015		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	202.493	38.868	241.361	211.730	29.626	241.356
Custo dos produtos vendidos	(131.943)	(19.846)	(151.789)	(131.695)	(18.470)	(150.165)
Lucro operacional bruto	70.550	19.022	89.572	80.035	11.156	91.191
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(68.003)	(8.908)	(76.911)	(54.100)	(6.419)	(60.519)
Vendas, gerais e administrativas	(62.065)	(7.992)	(70.057)	(45.964)	(6.443)	(52.407)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(5.938)	(916)	(6.854)	(8.136)	24	(8.112)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	2.547	10.114	12.661	25.935	4.737	30.672
% sobre a ROL	1%	26%	5%	12%	16%	13%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

39 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado em 31 de março de 2016, somam o montante de R\$ 2.663.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a aquisição de veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são de R\$ 690 e R\$ 699 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 743 e R\$ 904 respectivamente.

40 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de março de 2016 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza era de R\$ 84.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 25.000, lucros cessantes no valor de R\$ 51.115 e danos elétricos, tumultos e responsabilidade civil no montante de R\$ 5.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 14 de abril de 2015 até 13 de junho de 2016.

A Companhia também possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a ACE Seguros Soluções Corporativas S/A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10 milhões, com vigência de 27 de agosto de 2015 até 27 de agosto de 2016.

Adicionalmente a Companhia contratou uma apólice com a Fairfax Brasil, referente a prestação de garantia na reclamação trabalhista nº 0234100-60.1998.5.05.0015 no valor de R\$ 33.548, vigente de 24 de junho de 2014 até 24 de junho de 2017.

41 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativo			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	14.850	14.850
Contas a receber	Portobello América, Inc.	72.865	79.947
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	4.170	4.268
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	75	48
Créditos com Controladas - Não Circulante		77.110	84.263
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	86.214	84.601
Passivo			
Dividendos antecipados	Portobello Shop S.A.	-	5.763
Outras transações			
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	1.047	752
Contas a receber - líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	424	10
Contas a receber - líquido de adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	311	523
		1.782	1.285

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Receitas			
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	5.045	4.785
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	1.950	1.925
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	3.657	3.726
Despesas			
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(1.788)	(1.394)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(90)	(114)
		8.774	8.928

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 23).

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	Natureza	31 de março de 2016	31 de março de 2015
	Ativo			Receitas		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	675	361	Royalties	1.257	1.197
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	209	168	Royalties	505	516
		884	529		1.762	1.713

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas ao pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no trimestre findo em 31 de março de 2016 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2016	31 de março de 2015	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Remuneração fixa				
Salários	3.079	2.586	3.450	3.059
Honorários	1.150	1.078	1.150	1.078
Remuneração variável	419	355	486	421
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	234	217	234	229
Outros	499	354	598	418
Benefícios por desligamento	-	51	-	51
	5.381	4.641	5.918	5.256

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores e Acionistas da PBG S.A.

Tijucas - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da PBG S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 12 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório de Revisão

Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da PBG S.A., declara que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2016; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2016.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 12 de maio de 2016.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório de Revisão

Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da PBG S.A., declara que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2016; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2016.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 12 de maio de 2016.